

MBA GESTÃO TRIBUTÁRIA

1 - JUSTIFICATIVA

A Gestão Tributária nas empresas brasileiras é um ponto de extrema relevância. Atualmente, com a expansão de mercados e forte aumento da concorrência, vê-se a necessidade cada vez maior de promover um crescimento organizacional baseado em custos e despesas otimizados, orientando os fatores de competitividade relacionados a preço, retorno sobre investimentos e perspectivas de lucros presentes e futuros como um dos fundamentos estratégicos de sustentabilidade de longo prazo. Partindo dessa premissa, um dos elementos de grande relevância nas organizações em suas estruturas de custos e despesas, estão relacionados com os aspectos tributários que envolvem as organizações. A não observância correta dos direitos e deveres geram de uma maneira geral "desperdícios tributários", elevando assim os custos e as despesas, prejudicando sobre maneira o potencial de competitividade.

Outro aspecto relevante inerente as opções tributárias que cada organização deve orientar-se, são as possíveis contingências geradas pela interpretação equivocada da legislação tributária, que neste caso podem gerar prejuízos relevantes o Suficientes para definir a existência ou extinção das organizações em períodos de curto prazo. Portanto, para o devido desenvolvimento as empresas carecem de profissionais preparados para definir quais são as melhores opções tributárias, segundo as características de cada organização.

2 - OBJETIVOS

O Curso visa atualizar, complementar e consolidar a formação de profissionais de nível superior que atuam em empresas de pequeno, médio e grande portes dentro da área financeira e administrativa, evidenciando-se, no caso, as áreas contábil e fiscal. Ao seu término pretende-se que o participante tenha desenvolvido habilidade e competências focadas nos possíveis ambientes tributários nas esferas Estaduais e Federal, sendo capaz de elaborar sistemas de planejamento tributário com o objetivo de evitar contingências, bem como otimizar a favor das organizações o recolhimento dos impostos Federais e Estaduais.

3 - PÚBLICO-ALVO

Destina-se à profissionais com formação superior em Ciências Contábeis, Administração, Direito, Economia e Outros que ocupam ou estejam prestes a ocupar cargos de cunho tributário nas organizações em que atuam e ainda, estejam buscando atualização e aprimoramento de conhecimentos no setor.

4 COORDENAÇÃO TÉCNICA

Professora Raquel Angelo Araujo

ccontabeis.raquel@gmail.com

Mini CV

Coordenadora dos cursos de pós-graduação da Faculdade Machado Sobrinho é doutoranda em Ciências Contábeis e mestre em Administração de Empresas é graduada em Ciências Contábeis e Administração de Empresas com ênfase em Finanças. Atualmente é perita contábil e trabalhista em Juiz de Fora/MG, também desempenha a função de Conselheira Suplente do CRCMG, mandato 2018-2012. Atuou como Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Sudeste Mineiro – Facsum, período 2015-2018, onde lecionou em diversos cursos, integrou o Grupo de Estudos Técnicos Tributários do CRCMG, 2018-2019, onde também atuou como instrutora no exercício de 2017. Nos últimos anos foi professora substituta da UFJF e atuou como docente em cursos de Graduação e Pós-Graduação em diversas instituições. Construiu sua experiência profissional em empresas de médio e pequeno porte, em especial na área de finanças, em empresa subsidiária de companhia multinacional prestadora de serviços para a

indústria de petróleo e gás, também atuando como consultora.

5 EMENTAS

5.1. CONTABILIDADE SOCIETÁRIA

Ferramentas contábeis, Empresa, Noções básicas de contabilidade, Conceito de contabilidade, Demonstrações contábeis obrigatórias pela lei 6.404/76 antes do processo de convergência, Balanço patrimonial, Demonstração de lucros e prejuízos acumulados – DLPA, Demonstração do resultado do exercício – DRE, Demonstrações contábeis obrigatórias pela lei 6.404/76 atualizada pela lei 11.638/2007 medida provisória 449/2008 convertida na lei 11.941/2009, Alterações na estrutura do balanço patrimonial conforme a lei 11.638/2007, Demonstração de fluxo de caixa – DFC, Definições de caixa e equivalentes de caixa, Método direto e indireto de demonstração de fluxos de caixa, Estrutura da demonstração de fluxos de caixa – DFC, Demonstração do valor adicionado – DVA, Principais aspectos contidos na resolução CFC 1138/08, complementada pela resolução CFC 1.162/09 (DVA).

5.2. CONTABILIDADE AVANÇADA

Avaliação de investimentos: coligada, controlada, subsidiária - Relevância individual e coletiva; investimentos relevantes - Ágio, Deságio e provisão para perdas em investimentos: Método de equivalência patrimonial - Resultados não realizados - Consolidação de demonstrações financeiras - Objetivos da consolidação - Eliminação de resultados não realizados - Participação minoritária: conceituação e cálculo - Caracterização e cálculo do imposto de renda diferido - Conversão de demonstrações financeiras para moeda estrangeira: objetivos da conversão - Conceitos de ganhos e perdas na conversão - Taxas de câmbio. Análise dos métodos de conversão – Método temporal, método monetário, não monetário, Método corrente e não corrente. Método da taxa corrente - Efeitos da inflação na conversão - Efeitos na moeda local; efeitos no dólar - Os diversos indicadores e a variação cambial.

5.3. DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema tributário: conceito, espécies e composição; Poder de tributar: competência e capacidade ativa; A discriminação de rendas tributárias na Constituição vigente: competência comum, privativa e residual das entidades federativas; repartição das receitas tributárias; As limitações ao poder de tributar: conceito e classificação; princípios referentes ao regime democrático: legalidade; anterioridade; isonomia; capacidade contributiva; pessoalidade; irretroatividade; vedação de confisco; imunidade e isenção; O fenômeno tributário; Direito tributário: conceito, natureza, objeto e relação com outros ramos, autonomia; Conceito e classificação dos tributos; Funções do Tributo: Fiscalidade/ extrafiscalidade e parafiscalidade; Espécies tributárias: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório; preços públicos.

5.4. METODOLOGIA CIENTÍFICA

O ato de estudar. A Leitura proveitosa. As formas de conhecimento Científico Senso Comum; Mito; Filosofia; Projeto de Monografia; construção de um projeto de monografia; pesquisa; Tipos de Pesquisa; Monografia; Construção de Monografia; Normas ABNT para redação de Monografia. Formato de monografia, observação da utilização do padrão da ABNT; análise técnica do tema do trabalho, avaliando a pertinência dos assuntos abordados; Avaliação e Atribuição de grau de trabalho.

5.5. PRÁTICAS TRABALHISTAS

Cálculos trabalhistas. A CLT e os princípios da relação do empregado e empregador Descontos legais: Vale transporte; INSS; Imposto de renda – IR; Pensão alimentícia; Contribuição sindical; Remuneração completa e seus cálculos; Gorjeta. Gratificações: Horas extraordinárias; 13º salário; Saldo de salário; Aviso prévio; Férias vencidas e proporcionais; Adicional noturno; Descanso semanal remunerado – DSR

5.6. LEGISLAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Aspectos legais. Fontes de custeio. Terceirizações lícitas e ilícitas. Conceitos de cessão de mão de obra e empreitada. Serviços sujeitos à retenção previdenciária. Casos de retenção: dispensa, não aplicação e não sujeição. Alíquotas aplicáveis. Bases de cálculo e deduções permitidas. Obrigações das contratantes e contratadas. Compensação de retenção pela contratada. Contratação de Cooperativas de Trabalho. Informações ao fisco. Penalidades aplicadas.

5.7. INCENTIVOS FISCAIS E REGIMES FAVORECIDOS

Lei de Incentivos Audio Visuais; Regime de Drawback; isenção e sua regulamentação; revogabilidade da isenção; diferença entre isenção e imunidade; anistia e sua regulamentação; regimes especiais.

5.8. TRIBUTOS FEDERAIS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

IPI e Imposto de Importação; Previsão Constitucional; função do imposto; fato gerador; base de cálculo; recolhimento; classificação fiscal de mercadoria; Previsão Constitucional; contribuinte e responsável; fato gerador; base de cálculo; isenção; imunidade; suspensão; alíquotas; classificação fiscal; apuração e recolhimento. PIS/COFINS - Regimes cumulativo e não Cumulativo; contribuintes; fato gerador; base de cálculo; alíquotas; apuração; incidência monofásica das contribuições; retenção das contribuições sociais (PIS, COFINS, E CSLL) Importação; CIDE; contribuintes, base de cálculo, alíquotas, apuração.

5.9. TRIBUTAÇÃO DO LUCRO E DO PATRIMÔNIO

Impostos sobre importação de produtos estrangeiros (II) e o Decreto-lei 37/66; Impostos sobre exportação de produtos nacionais ou nacionalizados (IE) e o Decreto Lei 1578/77; Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) – Formas de tributação: Lucro real, Lucro Presumido: Estimativa; Base em balanços correntes; prejuízos fiscais; Compensações; Imposto diferido: Devedor e Credor. b) Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – Formas de tributação: Lucro real, presumido e arbitrado. Imposto territorial Rural (ITR), Lei 9393/96 e o Decreto 4382/92; Imposto sobre grandes fortunas (IGF) na CF/88; Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); Imposto sobre operações de créditos, câmbio e seguro ou relativas a títulos Automotores (IPVA), Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Estatuto da Cidade; Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação (ITCD). Simples Nacional: Base legal; vantagens burocráticas; Requisitos para enquadramento; Tributos alcançados e excluídos; Conceito de Receita e tabela de alíquotas; Obrigações acessórias; Motivos para exclusão; Competência para fiscalizar; Procedimentos administrativos e judiciais.

5.10. IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Impostos (CTN, art. 16): Elementos básicos da obrigação tributária; ICMS: Previsão Constitucional, contribuinte e Responsável; fato gerador; base de cálculo; alíquotas; suspensão; não-incidência; diferimento; isenção; apuração. Substituição Tributária – Entendendo as Regras Gerais (Legislação Federal e Estaduais). Imposto Retido por Substituição Tributária; Conceito e Utilização do CFOP e CST; Cálculo do ICMS na Substituição Tributária; Alíquota Aplicável no Cálculo da ST; Operação Interna e Interestadual. ISS:

Contribuinte e Responsável; Fato Gerador (LC 116/03); Bases de Cálculo; Alíquotas; Apuração; Isenção; Recolhimento; Retenção ISS LC 116/2003 e Legislação Municipal; Nota Fiscal eletrônica e escrituração fiscal digital.

5.11. ECONOMIA E TRIBUTAÇÃO

O fenômeno da tributação. Os índices adotados para a tributação. Fluxo circular. Tributos equivalentes. Incidência tributária, jurídica e econômica. As forças do mercado, demanda e oferta, Elasticidades. A presença do Estado na economia. As grandes economias do mundo atual, economia mista. As falhas do mercado e a necessidade de existência do Estado. Intervenção estatal e suas falhas. O conceito de Estado centralizado/descentralizado. Política fiscal e funções do Estado. Os meios de financiamento do Estado. A tributação como meio de financiamento estatal.

5.12. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Tributação e planejamento tributário no Brasil; O planejamento tributário no processo de aplicação do Direito; Conceito e elementos do planejamento tributário. Planejamento tributário e figuras afins, evasão, elisão, opções e benefícios fiscais. Os limites do planejamento tributário - Abuso de Direito, Fraude à Lei. Planejamento tributário e tributação sobre a renda. IRPF; IRPJ - opções de regimes; Reorganizações societárias; Incorporação às avessas; Compensação de prejuízo fiscal; Operação “casa e separa”; Tratamento do ágio; Juros sobre o capital próprio; Tributação de coligadas e controladas no exterior.

5.13. AUDITORIA TRIBUTÁRIA

Aspectos gerais dos tributos diretos e indiretos. Formação das Bases de Cálculo. Obrigações Acessórias. Aspectos Contábeis e Fiscais da Incidência Tributária. Métodos de Aplicação da Auditoria Fiscal. Confronto de Informações das Declarações Obrigatórias. Revisão da Declaração de Informações Econômico-Fiscais, SPED CONTÁBIL, Revisão da Declaração de Débitos e Créditos dos Tributos Federais – DCTF. Instrumento de Compensação Eletrônica – PER/DECOMP. Revisão do Demonstrativo de Apuração das Contribuições Federais – SPED Contribuições. Apresentação de temas controversos.

5.14. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS

Processo Administrativo Tributário a) Princípios informativos do processo administrativo tributário; b) Lançamento Tributário, Prescrição, Decadência, Isenção, Imunidade, além de outros institutos do direito material tributário que possuem implicação no processo administrativo fiscal; c) Controle da Legalidade Administrativa e o Procedimento Administrativo Fiscal. **Processo Judicial Tributário:** a) De Iniciativa do Contribuinte - Ação de Repetição de Indébito Tributário; Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Tributária; Mandado de Segurança em Matéria Tributária; Ação Anulatória de Débito Fiscal; Ação de Consignação em Pagamento em Matéria Tributária, Ação Cautelar Inominada em Matéria Tributária, Defesas Heterotópicas na Execução Fiscal, Embargos à Execução Fiscal, Exceção de Pré-executividade; b) Ações de Iniciativa do Fisco – Execução Fiscal e Ação Cautelar Fiscal.

5.15. TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS TRIBUTÁRIOS

Promoção de discussões sobre tópicos atuais da gestão tributária estimulando a construção e a elaboração de pesquisas acadêmicas com aplicações práticas para solução de problemas emergentes.

6 CORPO DOCENTE

DOUTORES, MESTRES E ESPECIALISTAS COM LARGA EXPERIÊNCIA EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO.

*Corpo Docente sujeito à alteração sem comunicação prévia.

PROJETO DO CURSO SUJEITO A ALTERÇÃO SEM COMUNICAÇÃO PRÉVIA